

SUMÁRIO

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO – JOSÉ TARCIZO DE ALMEIDA MELO	7
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO – EPAMINONDAS FULGÊNCIO NETO	25
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO – SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA	29
NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO	31

PARTE I

O PATRIMÔNIO PÚBLICO E SUA NOÇÃO.

ASPECTOS MATERIAIS DOS ATOS

DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. CONCEITO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	37
2. O PATRIMÔNIO PÚBLICO COMO DIREITO FUNDAMENTAL	48
2.1 A interação entre direitos humanos e direitos fundamentais	48
2.2 Os documentos internacionais de combate à corrupção e a compreensão do patrimônio público e da moralidade ad- ministrativa como direitos humanos	51
2.3 O patrimônio público e a moralidade administrativa tute- lados pela Constituição Federal	56
2.4 Da dimensão solidária do direito fundamental à tutela da dignidade da pessoa humana.....	61
3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	66
3.1 A Administração Pública.....	66
3.2 Administração direta e Administração indireta	70
3.2.1 Autarquias.....	74
3.2.2 Fundações públicas e fundações de apoio	76
3.2.3 Sociedades de economia mista	81
3.2.4 Empresas públicas.....	85
3.3 A Reforma Administrativa e seus reflexos	85
3.4 A privatização das “estatais”	96
3.5 As agências reguladoras, as concessionárias e as permissio- nárias de serviço público e as PPPs.....	100

3.6	O terceiro setor.....	113
3.7	Limites da terceirização.....	120
4.	PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	123
4.1	Acervo do patrimônio público.....	123
4.2	Bens públicos, regime jurídico e aquisições.....	125
4.3	Afetação e desafetação de bens públicos (a passagem da idéia de propriedade à noção de domínio público e de patrimônio administrativo).....	143
4.4	Erário público.....	147
4.5	Direitos.....	149
4.6	O patrimônio moral como expressão de direito fundamental reflexivo.....	150
5.	INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE DIFUSO.....	166
5.1	Interesse público e interesse difuso.....	166
5.2	A supremacia do interesse público deslocada pelo princípio da ponderação em face do surgimento dos direitos fundamentais.....	170
5.3	Princípios <i>enformadores</i> da Administração Pública. Aspectos gerais.....	174
5.3.1	O princípio da legalidade sob a perspectiva do direito administrativo constitucional.....	180
5.3.2	A moralidade administrativa enquanto comportamento e norma residual.....	186
5.3.3	A impessoalidade e a antijuridicidade da redução do Estado na figura do gestor.....	192
5.3.4	A publicidade como dever de transparência.....	195
5.3.5	Informação e dimensão política da verdade.....	201
5.3.6	Eficiência: da máquina do Estado à máxima do Estado.....	205
5.3.7	A razoabilidade e a sua lógica.....	208
5.3.8	Proporcionalidade entre o meio e o fim.....	214
5.3.9	Confiança na função pública e segurança jurídica.....	218
5.4	À guisa de conclusão: os princípios da Administração como instrumentos dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.....	223

6.	LEI DE IMPROBIDADE	225
6.1	Corrupção, improbidade e inadimplemento constitucional	225
6.2	Aspectos da Lei de Improbidade Administrativa	233
6.3	Enriquecimento ilícito	235
6.4	Alcance subjetivo da improbidade.....	239
6.4.1	Sujeito passivo imediato e mediato.....	240
6.4.2	Sujeito ativo	241
6.4.2.1	Improbidade, agentes políticos e crime de responsabilidade	244
6.4.2.2	A solidariedade do particular	250
6.4.2.3	Os bens dos sucessores do agente ímprobo	252
6.5	Responsabilidade	253
6.5.1	A releitura do elemento subjetivo: finalidade, boa-fé e comportamento do agente	256
6.6	Atos de improbidade administrativa.....	261
6.6.1	Atos que importam em enriquecimento ilícito	261
6.6.2	Atos que importam em lesão ao patrimônio público (dano real e dano presumido).....	274
6.6.3	Atos que atentam contra os princípios da Adminis- tração	297
6.7	Sanções	304
6.8	Vigência da Lei federal 8.429/1992.....	311

PARTE II

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A PROTEÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

7.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	313
7.1	Controle da Administração Pública e Estado Democrático	313
7.2	Controle estatal e participação popular	315
7.3	Consultas populares, audiências públicas e concerto como formas de co-gestão.....	317
8.	ESPÉCIES DE CONTROLE	321
8.1	Espécies de controle	321
8.2	Controle interno	321

8.3	Controle externo parlamentar	324
8.4	Corte de Contas.....	325
8.5	Controle fiscal	334
9.	CONTROLE JURISDICIONAL.....	338
9.1	Controle jurisdicional e separação dos poderes.....	338
9.2	O ato administrativo e a possibilidade de ruptura à probidade: uma exceção à presunção de legitimidade.....	340
9.3	A postura do juiz diante dos desmandos	349
10.	CONTROLE JUDICIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	351
10.1	Controle jurisdicional do patrimônio público.....	351
10.2	Inquérito civil público.....	352
	10.2.1 Representação, comunicação e recomendações.....	356
	10.2.2 Arquivamento e ajustamento de conduta	357
	10.2.3 Quebra de sigilo bancário e fiscal, perícias	359
10.3	Tutelas de urgência na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa	361
	10.3.1 Medidas cautelares e riscos de certificação e de dissipação (indisponibilidade, seqüestro e afastamento)	363
	10.3.2 Antecipação de tutela: ilícitos de perigo	370
10.4	A ação civil pública e patrimônio público.....	371
10.5	Legitimidade do MP e posição do ente lesado.....	375
10.6	Competência. O foro privilegiado	378
10.7	Rito processual e inversão do ônus da prova.....	379
10.8	Sentença e efeitos	380
	10.8.1 O cadastro nacional dos agentes ímprobos	382
10.9	ACP e LAP – Questões processuais.....	382
10.10	A ação civil pública para reparação de danos e prevenção de danos – Obrigação de fazer e de não fazer – ACP e ADIn	384
10.11	A oitiva preliminar da parte passiva.....	386
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	388
	BIBLIOGRAFIA	391